

buições, para além de uma diminuição significativa do número de cargos dirigentes.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 132/2007, de 27 de Abril, e em consonância com os princípios subjacentes ao PRACE, concretiza-se a integração no Ministério da Justiça do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI, I. P.), organismo responsável pela promoção da protecção da propriedade industrial, a nível nacional e internacional.

Neste contexto, afigura-se imperativo proceder à nomeação da nova equipa dirigente do INPI, I. P., mediante a designação dos membros do respectivo conselho directivo.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, nos artigos 21.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 132/2007, de 27 de Abril, são nomeados para o conselho directivo do INPI, I. P., as seguintes individualidades:

Presidente — Mestre António-Serge de Pinho Campinos.

Vogais:

Licenciada Maria Leonor Mendes da Trindade.

Licenciado Jorge Alberto Rodrigues Alvim.

A presente nomeação fundamenta-se na competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício dos cargos, como atestam os currículos dos membros ora nomeados, objecto de publicação em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

António-Serge de Pinho Campinos.

Data de nascimento — 24 de Outubro de 1968.

Naturalidade — Poitiers, França.

Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações literárias:

1987-1991 — licenciatura em Direito concedida pela Universidade de Montpellier, França;

1992-1993 — pós-graduação em Estudos Superiores Europeus obtida no Centro Europeu Universitário (Universidade de Direito de Nancy, França);

1993-1994 — mestrado em Direito Público obtido na Universidade de Direito de Montpellier;

1995 — licenciatura em Direito conferida pela Universidade Clássica de Lisboa (diploma de equivalência);

2004 — seminário de alta direcção do Instituto Nacional de Administração.

Actividades desempenhadas:

1993 — Tribunal de 1.ª Instância das Comunidades Europeias (Gabinete do Presidente);

1995 — jurista na CGD/Caixa Geral de Aposentações;

1998 — adjunto do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, com particular responsabilidade na área da elaboração de diplomas legislativos (leis orgânicas, Código da Propriedade Industrial);

2000 — director de Marcas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial. No âmbito destas funções, participação em várias negociações internacionais em representação do Estado Português junto da Comissão Europeia e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual;

2003 — Comissão de Protecção dos Direitos do UEFA Euro 2004;

2005 — presidente do conselho de administração do Instituto Nacional da Propriedade Industrial;

Membro do conselho de administração da Organização Europeia de Patentes;

Membro do conselho de administração do Instituto de Harmonização do Mercado Interno;

Representante de Portugal nas assembleias gerais da Organização Mundial da Propriedade Intelectual;

2005 — presidente do grupo de trabalho sobre o desenvolvimento jurídico do sistema de Madrid (OMPI).

Línguas:

Português (falado e escrito);

Francês (falado e escrito);

Inglês (falado e escrito);

Espanhol (falado e escrito);

Italiano (falado).

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Maria Leonor Mendes da Trindade;

Data de nascimento — 3 de Setembro de 1958;

Naturalidade — Castelo Novo, Fundão, Portugal;

Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações literárias:

1976-1981 — licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa;

2004 — seminário de alta direcção do Instituto Nacional de administração.

Actividades desempenhadas:

1981 — professora do ensino secundário;

1984 — técnica superior do GEP — Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Indústria e Energia;

1990 — chefe de divisão do GEP;

1993 — directora de serviços do Gabinete de Estudos e Planeamento e coordenadora da equipa do Ministério da Indústria que assegurou a execução de programas de apoio às infra-estruturas de base e tecnológicas no âmbito PEDIP e PEDIP II;

1995 — adjunta do Ministro da Presidência do XIII Governo Constitucional;

1996 — directora-geral do Turismo;

1998 — presidente da comissão instaladora da Agência para a Energia e presidente do conselho de administração do Centro para a Conservação de Energia;

2000 — vogal do conselho de administração do INPI — Instituto Nacional da Propriedade Industrial e membro do conselho directivo do IFEA — Instituto de Formação Empresarial Avançada.

Línguas:

Português (falado e escrito);

Francês (falado e escrito);

Inglês (falado e escrito);

Espanhol (falado).

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Jorge Alberto Rodrigues Alvim;

Data de nascimento — 12 de Dezembro de 1946;

Naturalidade — São Tiago, Armamar;

Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações literárias:

1966-1971 — licenciatura em Engenharia Electrotécnica (Electrónica e Telecomunicações) pela Universidade de Lourenço Marques, Moçambique;

2004 — seminário de alta direcção do Instituto Nacional de Administração.

Actividades desempenhadas:

1971-1973 — engenheiro nos Caminhos de Ferro de Moçambique;

1973-1975 — serviço militar na RMM;

1975-1977 — engenheiro e, depois, adjunto e chefe de serviços nos Caminhos de Ferro de Moçambique (Sinalização e Comunicações);

1978-1984 — técnico superior no INPI. Experiência em exame, gestão de DPI e procedimento, legislação de PI;

1984-1988 — chefe de divisão de Patentes;

1988-1999 — director de serviços de Patentes (até 1993) e de Marcas. 1.º Projecto do SI-INPI e Pesquisa Fonética de Marcas;

1999-2005 — director de Informática. 2.º Projecto do SI-INPI, Gestão Documental e Workflow; portal do INPI (1.ª fase);

2005 — director de Sistemas e Qualidade no INPI. 1.º Prémio Boas Práticas no Sector Público; certificação ISO 9001; portal do INPI

(2.ª fase, pesquisas *online*, registo *online*).

Conhecimento de línguas — português, inglês, francês (falado e escrito, fluentes) espanhol (falado e escrito).

Outros — participação em vários grupos de trabalho e reuniões internacionais na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (PCPI, SCIT, CIP), na Organização Europeia de Patentes (WPTI, EPOLINE, EQS) e no Instituto de Harmonização do Mercado Interno.

Despacho n.º 11 527/2007

A publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE),

o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ), no quadro da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, determinou para além da criação, aperfeiçoamento e clarificação de novos instrumentos orgânicos de desenvolvimento da política de justiça, a extinção de diversos órgãos e estruturas e a consequente redistribuição de competências e atribuições, para além de uma diminuição significativa do número de cargos dirigentes.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 126/2007, de 27 de Abril, e em consonância com os princípios subjacentes ao PRACE, consuma-se a extinção do Instituto do Reinserção Social e estabelece-se uma estrutura organizativa cujas traves mestras respondem a imperativos de adaptação às condições económicas, sociais e políticas, de funcionalidade, de adequação à missão fundamental da Direcção-Geral de Reinserção Social, serviço integrado na administração directa do Estado, responsável pelas políticas de prevenção criminal e reinserção social.

A reforma da estrutura básica da Direcção-Geral de Reinserção Social teve presente a necessidade de alcançar, para além de maiores níveis de operacionalidade e eficácia, uma significativa redução dos custos de funcionamento do sistema, designadamente com a eliminação de estruturas intermédias redundantes e a redefinição da rede de unidades operativas dos serviços de reinserção social, com reflexos nítidos ao nível dos cargos dirigentes.

Neste contexto, afigura-se imperativo proceder à nomeação da nova equipa dirigente da Direcção-Geral de Reinserção Social, processo que ora se inicia com a nomeação do dirigente máximo do serviço.

Assim, obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, é nomeada, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 18.º e 19.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com os artigos 15.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, e com os artigos 3.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 126/2007, de 27 de Abril, a licenciada Leonor do Rosário Mesquita Furtado, procuradora da República, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de directora-geral de Reinserção Social.

A presente nomeação fundamenta-se na competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como evidencia o respectivo *curriculum*, publicado em anexo ao presente despacho.

A nomeada pode exercer a opção consagrada no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

Leonor do Rosário Mesquita Furtado.

Estado civil — casada.

Idade — 48 anos (23 de Junho de 1958).

Profissão — procuradora da República.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito, 1976-1981, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Pós-graduação em Estudos Europeus (vertente económica), 1991-1992, Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Curso de pós-graduação em Direito dos Menores, 1997-1998, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Habilitações profissionais:

Curso de formação de magistrados do Ministério Público, auditora de justiça do Centro de Estudos Judiciários (IV Curso Especial para o Ministério Público), de 15 de Março a 28 de Setembro de 1982;

Curso de formação de formadores — CEJ, 2000;

Curso Avançado de Gestão Pública — INA, 2006.

Experiência profissional:

Presidente da Comissão de Protecção de Menores da Comarca de Oeiras, desde a sua instalação, em 1 de Fevereiro de 1995, até 5 de Julho de 1996;

Docente da Área de Família e Menores no Centro de Estudos Judiciários desde o ano lectivo de 1997-1998, ao ano lectivo de 2001-2002;

Procuradora da República junto do Departamento Central de Investigação e Acção Penal, Procuradoria-Geral da República, desde 19 de Junho de 2001;

Perita do Conselho da Europa no Comité PC-TI, Comité de Perito em Técnicas Especiais de Investigação no Inquérito Penal, desde 2003;

Perito em Acquis Communautaire, TAIEX Expert Database, Direcção-Geral do Alargamento da Comissão Europeia, desde 2004;

Presidente do Instituto de Reinserção Social, de 6 de Janeiro de 2006 a 30 de Abril de 2007.

Comunicações e intervenções:

Conferencista em diversos seminários e congressos, quer em Portugal quer noutros países, designadamente os seguintes:

Pós-graduação em Psicologia da Gravidez e da Maternidade, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, anos lectivos de 2001-2002, 2002-2003 e 2003-2004, Lisboa;

1.º Curso de pós-graduação «Protecção de menores — Prof. F. M. Pereira Coelho», sessão sobre o tema «Sistema de tutela educativa», Açores, 2004;

Sentido e o Lugar no Mundo: Toda a Criança em Família, palestra sobre o tema «Medidas de acolhimento infantil», Nazaré, 27 de Maio de 2005;

IV Mestrado em Saúde Escolar — Faculdade de Medicina de Lisboa, 15 de Outubro de 2005.

Actualmente desempenha funções de dirigente da Administração Pública como presidente do Instituto de Reinserção Social.

Despacho n.º 11 528/2007

A publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ), decorrente da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, determinou, para além da criação, aperfeiçoamento e clarificação de novos instrumentos orgânicos de desenvolvimento da política de justiça, a extinção de diversos órgãos e estruturas e a consequente redistribuição de competências e atribuições, para além de uma diminuição significativa do número de cargos dirigentes.

O Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, diploma que aprova a orgânica do Instituto de Gestão Financeira e Infra-estruturas da Justiça, I. P., (IGFIJ, I. P.) estabelece em consonância com os princípios subjacentes ao PRACE, a introdução de alterações ao nível da estrutura orgânica, viabilizando a centralização num só organismo das atribuições relacionadas com a gestão unificada dos recursos financeiros do Ministério da Justiça, bem como do património e das infra-estruturas afectas ao departamento ministerial, processo que, em articulação com os demais serviços e organismos, potencia ganhos de produtividade, de eficácia e de eficiência com óbvia repercussão ao nível da racionalização dos recursos.

Assim e tendo presente que o presidente e um dos vogais do conselho directivo do IGFIJ, I. P., foram já nomeados na sequência da publicação da lei orgânica do Ministério da Justiça aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, cumpre proceder à designação dos demais membros do órgão directivo.

Nestes termos e ao abrigo do disposto nos artigos 17.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, em conjugação com o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 19.º e no artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, são nomeados como vogais do IGFIJ, I. P., os licenciados Feliciano Pereira Martins e João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho.

A presente nomeação fundamenta-se na competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício dos cargos, como evidenciam as súmulas curriculares dos ora nomeados, objecto de publicação em anexo ao presente despacho que produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

Nome — Feliciano Pereira Martins.

Data de nascimento — 8 de Setembro de 1954.

Naturalidade — Reigada, Figueira de Castelo Rodrigo.

Habilitações literárias — licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, no ano de 1985, com média de 14 valores.

Formação complementar — cursos de direito aduaneiro ministrados ou tutelados pela Direcção-Geral das Alfândegas.

Outros cargos ou funções:

Docente universitário na Faculdade de Direito de Lisboa de 1985 a 1993, tendo leccionado as cadeiras de Direito Fiscal, Direitos Reais e Direito Processual Civil;

Na Universidade Autónoma Luís de Camões, onde leccionou as cadeiras de Direito Processual Civil;

Docente do curso de pós-graduação do ISEG em Direito Aduaneiro;